

A exatidão no jornalismo à luz da condição semiótica da linguagem

MIRNA FEITOZA PEREIRA

Resumo Este texto discute a possibilidade da linguagem jornalística cumprir com seus ideais de exatidão, a partir de uma abordagem semiótica. A hipótese é que a linguagem jornalística, como sistema de signos que é, não consegue se desvencilhar de sua condição semiótica. Por mais que os jornalistas se esforcem para representar os fatos tal como ocorreram, sempre existirão aspectos não contemplados na representação jornalística da realidade. A linguagem jornalística consegue, no máximo, tomar o lugar de seu objeto, representando-o perante o público. Esta hipótese é analisada à luz das condições de parcialidade, referencialidade e alteridade do signo, tal como Peirce as descreve. A questão a investigar é até que ponto a linguagem jornalística é capaz de cumprir com seus ideais de exatidão, sendo ela uma representação dos fatos da realidade.

Palavras-chave linguagem jornalística – exatidão – realidade

Abstract This text discusses the possibility that the journalistic language meet with its ideals of exactness taking into account semiotic approach. The hypothesis is that the journalistic language, being a system of signs, cannot be detached from its semiotic condition. In spite of the journalists' efforts to portray the facts just as they happened, there will always be unaccounted aspects in that representation. At the most, the journalistic language may take place of its object, representing it before the public. This hypothesis is analyzed considering the conditions of partiality, referentiality and alterity of the sign confronted with this object, as proposed by Peirce. The fundamental question to be examined is just how far can the journalistic language go in its ideals of exactness as a representation of reality.

Keywords journalistic language – exactness - reality

"Diferentemente do que foi publicado no texto 'Artistas periféricos passam despercebidos', à pág. 5-3 da edição de ontem da Ilustrada, Jesus não morreu enforcado, mas crucificado"

Folha de S.Paulo, seção "Erramos" (7/dez/1994)

Diariamente o jornalista lida com a tarefa de representar a realidade com exatidão. Sua missão é selecionar os fatos mais importantes do dia, relatando-os posteriormente ao público por meio de uma linguagem objetiva, clara, precisa, exata, que deve ter nascido da investigação do que de fato aconteceu. O que se espera, tanto por parte do público quanto nas redações, é que a linguagem jornalística corresponda aos fatos ocorridos, de modo que o jornalismo consiga cumprir com seu objetivo de ser fiel à realidade.

No entanto, todos os dias a imprensa comete erros em sua representação da realidade, revelando a imprecisão da linguagem jornalística. Poucos são os órgãos de imprensa dispostos a reconhecer publicamente suas falhas. Na grande imprensa brasileira, apenas o jornal *Folha de S. Paulo* dedica espaço diário para a admissão de erros, a seção "Erramos", publicada na página 3 do primeiro caderno. Ainda assim, a seção não dá conta das imprecisões que o jornal comete diariamente. Pesquisa realizada pelo Programa de Qualidade da *Folha*, no final dos anos 90, concluiu que a incidência diária de erros do jornal era pelo menos dez vezes maior do que os erros admitidos diariamente em "Erramos", conforme revelamos em outra oportunidade (Pereira, 1998: 38), quando estudamos o erro no jornalismo a partir desta seção da *Folha*. De acordo com as conclusões a que chegamos, a ocorrência de erros de informação, aqueles que os jornalistas consideram mais graves por revelarem imprecisões no relato jornalístico dos fatos, é generalizada na imprensa.

Vários são os fatores que contribuem para que existam falhas na representação jornalística da realidade. A exigência cada vez maior de rapidez na apuração das informações, na elaboração dos textos e no fechamento das edições, somada ao acúmulo de funções desempenhadas atualmente pelos jornalistas, que não raramente atuam como repórteres, redatores e fechadores, talvez estejam entre os principais fatores que conduzam o jornalista ao erro, além da ingenuidade de profissionais que confiam cegamente no que dizem suas fontes, dispensando a checagem de informações.

De qualquer modo, não faremos aqui uma relação entre as condições de trabalho do jornalista e a quantidade de erros cometidos diariamente pela imprensa, tampouco analisaremos o preparo dos jornalistas para o exercício de uma profissão

que trata de temas tão variados. Nossa proposta é investigar o problema da exatidão no jornalismo a partir de uma abordagem semiótica, discutindo até que ponto a linguagem jornalística é capaz de cumprir com seu ideal de representar os fatos da realidade com exatidão.

A hipótese é que, como sistema de signos que é, a linguagem jornalística não consegue se desvencilhar das insuficiências de representação de sua condição signíca. Por mais que os jornalistas se esforcem para representar os fatos tal como ocorreram, sempre existirão aspectos não contemplados na representação jornalística da realidade. A linguagem jornalística consegue apenas tomar o lugar da realidade, representando-a perante o público. Esse é o limite de sua condição semiótica.

Vamos testar esta hipótese, levantando as condições de parcialidade, referencialidade e alteridade que regem o signo perante seu objeto. Como referencial teórico, usaremos as concepções de signo e de realidade de Peirce, guiados pela compreensão de dois de seus principais estudiosos, Lucia Santaella e Ivo Assad Ibri. A questão fundamental que percorremos é a seguinte: até que ponto a linguagem jornalística é capaz de cumprir com seu ideal de exatidão, sendo que ela carrega consigo as insuficiências de representação inerentes a qualquer signo perante seu objeto?

Embora o objetivo proposto seja modesto para um semioticista, seguir com ele é absolutamente necessário para situar o jornalista frente às insuficiências da linguagem jornalística para conseguir dar conta, com exatidão, da complexidade dos fatos da realidade.

A CONDIÇÃO DE PARCIALIDADE

Uma das primeiras lições da semiótica peirceana é que o signo só é capaz de representar seu objeto sob alguns aspectos, isto é, de forma parcial e limitada. Embora esteja em seu lugar, substituindo-lhe para uma mente interpretante, o signo não é capaz de representar seu objeto em sua totalidade, pois isso indicaria uma coincidência irrestrita entre o signo e o objeto que ele representa. Esta compreensão da parcialidade do signo frente a seu objeto é um dos fatores mais importantes para compreender os limites de exatidão da linguagem jornalística conforme estamos propondo. E aqui é necessário destacar que os termos “parcial” e “parcialidade” são usados neste texto unicamente para definir uma condição do signo perante seu objeto. Não estamos argumentando que o jornalista não tem outra saída senão produzir reportagens e edições parciais no sentido de ser tendencioso.

Peirce diz que o signo representa seu objeto não em todos os seus aspectos, mas apenas com referência a uma espécie de idéia. Disse também que, do mesmo modo que o objeto só aparece por meio de signos e por meio dessas manifestações podemos conhecê-lo, o que do objeto apreendemos é somente uma forma parcial, que pode ser até mesmo falsa. Apreender o objeto em sua completude não nos é dado, e o que dele viermos a saber será traduzido sempre na forma de outros signos, da mesma forma parciais, ainda que mais elaborados e potencialmente geradores de infinitas representações.

A condição de parcialidade do signo é um dos aspectos que garante a autenticidade de sua natureza signica, pois, se conseguisse a proeza da correspondência irrestrita, romper-se-ia-se a relação signica, e o signo poderia ser o próprio objeto. Nesse sentido, Lucia Santaella diz que o signo é signo justamente porque não pode ser o objeto:

Haverá, desse modo, muitos aspectos do objeto que o signo não tem poder de recobrir. O signo estará, nessa medida, sempre em falta com o objeto. Daí sua incompletude e conseqüente impotência. Daí sua tendência a se desenvolver num interpretante onde se completar. Contudo, sendo o interpretante de natureza signica, ele se manterá também em dívida com o objeto (Santaella, 1995: 44).

Essa incompletude do signo remete para a brecha que há entre a realidade e a representação que dela fazemos por meio de nossa linguagem. Frente a essa condição de parcialidade, não é possível representar a realidade tal como ela é, a ponto de fornecermos o seu diagrama perfeito. O que dela viermos a saber dar-se-á sempre na forma de outros signos, que nos permitirão continuar falando algo de novo sobre ela, ainda que de modo parcial. Na perspectiva evolucionista de Peirce, existe a possibilidade de signo e objeto coincidirem num infinito tempo. Certamente não cabe aprofundar esse assunto neste momento, pois tal perspectiva só pode ser analisada por meio da teoria do *continuum* — o evolucionismo peirceano —, e o jornalismo trabalha com a imediaticidade, com a busca pela instantaneidade ao fato¹.

Do modo como estamos averiguando, a parcialidade é uma característica comum a todas as formas de representação, e com a linguagem jornalística não poderia ser diferente. A despeito do pressuposto de ouvir todas as partes envolvidas

1. Sobre o evolucionismo peirceano, ver IBRI, 1992.

em um determinado fato, a representação jornalística está fadada à incompletude. Considerando, além disso, que o relato de cada uma das partes ouvidas se constitui também em uma forma de representação, portanto, em uma construção sógnica, o jornalista ainda corre o risco de estar eternamente nas mãos de suas fontes e entrevistados, tornando-se um refém de seu próprio trabalho investigativo.

Diante da parcialidade, o que fica patente é que, independentemente do que for checado com todos os envolvidos no fato, algo sempre permanece encoberto, algo continua desconhecido, embora o jornalista siga em uma busca incansável pela exatidão, acreditando na possibilidade da imparcialidade de sua linguagem.

A CONDIÇÃO DE REFERENCIALIDADE

Outra condição que faz parte do estatuto do signo — e que é capaz de libertar a linguagem jornalística senão da incompletude, pelo menos de um signo que não corresponda ao fato acontecido — é a relação de referencialidade que o signo mantém necessariamente com o objeto que representa. Na concepção peirceana, o signo precisa se referir a algo para existir. Para se fazer signo, ele depende do objeto, ainda que sua representação seja parcial. Não pode haver um signo que não se refira a algo, assim como não pode haver conhecimento a respeito desse algo, se não houver um signo que primeiramente se manifeste para uma mente interpretante que o represente. Sobre a condição de referencialidade a algo, Peirce diz:

O Signo pode apenas representar o Objeto e referir-se a ele. Não pode proporcionar familiaridade ou reconhecimento desse Objeto; isto é o que se pretende significar, nesta obra, por Objeto de um Signo, ou seja, que ele pressupõe uma familiaridade com algo a fim de veicular alguma informação ulterior sobre esse algo. (...). Se existe algo que veicula informação e que, entretanto, de forma alguma se relaciona com ou se refere a algo com que a pessoa a que esse algo veicula a informação tem, quando percebe a informação, a menor familiaridade, direta ou indireta — e essa seria uma espécie de informação bem estranha —, esse algo, nesta obra, não é chamado de Signo (Peirce, 1995: 47-8).

O que é importante destacar nesta passagem é que o signo precisa se relacionar com o objeto para poder veicular alguma informação sobre ele. Se há um signo que transmite informação a alguém, mas não se relaciona a algo que seja seu objeto, ele não pode ser signo, segundo a visão peirceana. É nesse sentido, portanto, que o signo é regido pela condição de referencialidade a algo que é seu objeto. Na visão peirceana, esse algo também pode ser signo, pois a palavra signo é usada “para

*denotar um objeto perceptível, ou apenas imaginável, ou mesmo inimaginável num certo sentido*².

Analisando o jornalismo a partir da condição necessária de referencialidade do signo, podemos dizer que o objeto da linguagem jornalística só pode ser uma ocorrência do mundo real. A linguagem jornalística não pode se referir a um objeto que não provenha de um fato real, pois isso não seria mais jornalismo. Ou seja, para que haja notícia, é preciso que algo tenha ocorrido e, além disso, que desperte o interesse público. Essa é a condição mais básica para que um fato seja considerado notícia. Mesmo quando a criação imaginária é abordada pela imprensa é necessário que algo ocorra para que o assunto se torne público: resenhas sobre livros de ficção devem estar relacionadas ao lançamento do livro; a crítica de arte, a uma exposição; as projeções estatísticas aos índices de inflação, aos juros, às pesquisas de intenção de voto, etc.

Do modo como estamos desenvolvendo, a condição de referencialidade a uma ocorrência do mundo real é o que deve guiar o jornalista na busca de imprimir a verdade em sua representação da realidade. É essa condição que deve fazer o profissional levar à frente sua investigação, independentemente das declarações apuradas sobre o caso. É se guiando por ela que o jornalista poderá perceber as contradições entre as diversas declarações e versões obtidas sobre o mesmo fato.

Ao fazer essa afirmação, não estamos defendendo a possibilidade de um relacionamento direto com o objeto, pois, obviamente, a linguagem jornalística não está isenta da mediação do signo. O que não se pode perder de vista, no entanto, é que, por mais que o relacionamento com o fato seja mediado por signos, o objeto da linguagem jornalística é essencialmente uma ocorrência real. Por mais que o jornalista deva ouvir todos os lados do fato, como é orientado nas redações, a condição de referencialidade da linguagem jornalística é o fato ocorrido, e não o que os envolvidos nele vierem a falar a seu respeito. Isto é, não basta ouvir os implicados no caso e elaborar um texto, ou ouvir uma denúncia e publicá-la. O jornalista não pode ter como parâmetro principal as declarações dos envolvidos, como mui-

2. Quando Peirce diz que o signo pode ser parte de um signo, ele está se referindo aos casos em que o objeto é criado pelo próprio signo. Por exemplo, se fôssemos estudar o perfil de um personagem de uma obra de ficção, o objeto seria o universo imaginado pelo autor, corporificado na ficção — da qual as personagens, obviamente, fariam parte. Esse universo seria constituído por signos, mas se tornaria também objeto à medida que poderia estimular uma sensação em uma mente interpretante. Ou seja, poderia proporcionar a aparição do objeto, referenciando-o. Mais sobre este assunto, pode ser encontrado em Peirce, 1990, pp. 46-7 e 161.

tas vezes ocorre, sob risco de elaborar uma representação ficcional e não jornalística da realidade.

Dizer que a condição de referencialidade da linguagem jornalística deve ser o fato ocorrido parece ser o que há de mais óbvio no jornalismo. Afinal, a missão do jornalismo é tornar público o que acontece diariamente. No entanto, se pensarmos na condição de referencialidade a algo que, de fato, ocorreu e nas insuficiências da linguagem frente ao que ela se propõe representar, será que podemos conferir credibilidade a todas as informações que chegam as nossas casas? Isto sem pensar nas questões éticas que não estão sendo abordadas aqui...

A nosso ver, a credibilidade dos órgãos de imprensa só tem condição de se sustentar se as informações apresentadas pela linguagem jornalística estiverem ancoradas na condição de referencialidade do signo a algo, pois, de algum modo, o objeto sempre está presente no signo, e sempre é possível investigar o que do objeto está representado no signo. Embora sejam diferentes, o signo emana do objeto, isto é, só existe enquanto signo porque se refere a algo e esse algo está presente nele desde o início. Peirce diz que, *"deve haver, no pensamento ou na expressão, alguma explicação, argumento ou outro contexto que mostre como, segundo que sistema e por qual razão, o Signo representa o Objeto"* (1995: 47). Diz também que todo signo tem algum preceito de explicação que deve ser entendido como uma espécie de emanção do objeto.

Investigar o que vem a ser esse algo que nos signos da linguagem jornalística indica a presentificação dos fatos da realidade é a responsabilidade ética do jornalista para com o público e para com a linguagem e suas insuficiências de representação. A linguagem jornalística precisa ter algo que demonstre que ela verdadeiramente representa os fatos ocorridos, sob risco de falsear a realidade por meio de elaborações fictícias.

A CONDIÇÃO DE ALTERIDADE

A terceira condição da natureza semiótica da linguagem jornalística é a relação de alteridade que o signo mantém com o objeto. Essa condição está nitidamente presente nas relações de parcialidade e referencialidade, uma vez que esses dois conceitos pressupõem sempre a existência de um outro, ao qual o signo é parcial e deve se referir. A relação de alteridade é também a mais óbvia, pois, em princípio, é sabido que o signo não é o objeto que representa, que há uma diversidade entre eles.

No entanto, na simplicidade desse conceito reside toda a complexidade do pensamento peirceano, pois não basta dizer que o signo não é o objeto. É necessário saber o que vem a ser este outro que resiste à representação do signo, ao mesmo tempo que a determina e torna possível sua existência. Ivo Assad Ibri compreende que é, antes de mais nada, à alteridade de um objeto, que permanece indiferente às representações que dele fazemos, que Peirce se refere ao reconhecer que uma coisa é ser, outra é ser representado (Ibri, 1997: 116). Para exemplificar a indiferença do objeto às representações que dele fazemos, Ibri recorre à lucidez de um poema de Fernando Pessoa:

Retornemos ao nosso poeta e lembremos que, por mais que ele feche os olhos, *permanece* a noite sendo noite e, a menos que nada de encantador se veja nisto, o poeta certamente pensará que a noite, como tal, determina na sua mente o signo *verdadeiro* de que ela é simplesmente noite, independente do *falso* signo que é pensar que ela poderia se submeter à sua vontade. O cientista, com certeza mais familiarizado com a alteridade do mundo, busca seus interpretantes como *mediações genuínas* diante do desafio do Objeto. O artista, de sua vez, deverá encontrar uma espécie de *poética mediadora* diante da alteridade, descobrindo naquilo que simplesmente é suas possibilidades futuras de *ser*. (Ibri, 1997: 117, grifos do autor)

Ibri faz referência ao seguinte poema de Fernando Pessoa:

O UNIVERSO não é uma idéia minha./A minha idéia do Universo é que é uma idéia minha./A noite não anoitece pelos meus olhos,/A minha idéia de noite é que anoitece por meus olhos./Fora de eu pensar e de haver quaisquer pensamentos/A noite anoitece concretamente/E o fulgor das estrelas existe como se tivesse peso.

Este poema é tomado por Ibri para demonstrar a resistência do objeto às representações, impondo limites e insistindo em não se deixar levar sob o julgo da linguagem. Diante dessa negação, só ao artista cabe a liberdade de inventar infinitas possibilidades de ser, assim como Lewis Carroll o faz em *Alice*. Ao cientista e, no nosso caso, ao jornalista, só é dado o direito a representações verdadeiras. Nesses dois campos de investigação, o signo falso certamente não resiste à ação do tempo.

Em Peirce, assim como no poema de Fernando Pessoa tão oportunamente lembrado por Ibri, o real também é aquilo que existe independentemente de nossa capacidade de representação, é um outro que permanece e continua sem ser afetado pelas representações que dele fazemos com a nossa linguagem. Dessa compreensão de realidade como alteridade em relação ao signo também faz parte a noção de generalidade. Esse entendimento, conforme Ibri, pressupõe que o objeto é regido por leis gerais próprias, isto é, que o objeto possui uma estrutura lógica completa-

mente independente das representações feitas pela linguagem. Na hipótese de Ibri, é por ter essa estrutura lógica própria que é possível conhecer algo de verdadeiro sobre objeto.

Em outras palavras, a generalidade exterior parece ser o fundamento da generalidade do pensamento como representação mediadora. Tomando provisoriamente esta última afirmação como hipótese, dela decorre logicamente que a concepção peirceana de realidade possui dois predicados axiais: *a alteridade e a generalidade*. (Ibri, 1992, p. 30)

Quando Ibri toma provisoriamente como hipótese a generalidade exterior como o fundamento da generalidade do pensamento, implicitamente, ele está anunciando que a compreensão peirceana de realidade não se restringe somente à alteridade e à generalidade. Há um terceiro elemento que também faz parte desse conceito: a idealidade. Segundo Peirce, a idealidade contida na realidade é da mesma natureza do pensamento e por esse motivo é possível pensar algo verdadeiro sobre ela. Não há estranhamento, oposição entre eles: "*(...) aquilo que a verdade representa é uma realidade . Esta realidade, sendo cognoscível e compreensível, é da natureza do pensamento*". (apud Ibri, 1992: 56, com grifos de Ibri).

Certamente essa é a parte mais complexa da compreensão peirceana de realidade. É ela que substancialmente rompe com as concepções que colocam sujeito e objeto em permanente estado de estranheza, unindo-os à mesma natureza. Dentro dos limites deste texto, ficaremos tão somente com as idéias de alteridade e generalidade. Desenvolver o conceito de idealidade a partir da representação jornalística da realidade já seria tema para um trabalho que requer muito mais fôlego do que sugere este artigo. Além disso, a idealidade de que fala Peirce já está implicitamente presente na idéia de generalidade.

A generalidade presente na alteridade é o que torna possível obter algum conhecimento a respeito desse outro-objeto. São suas leis gerais que permitem elaborar representações a seu respeito. Em última análise, é a estrutura lógica do objeto que determina se as representações que o signo faz a seu respeito são verdadeiras ou falsas. Em Peirce, essa estrutura lógica externa também é uma forma de pensamento.

O pensamento não está necessariamente ligado a um Cérebro. Surge no trabalho das abelhas, dos cristais e por todo o mundo puramente físico; e não se pode negar que ele realmente ali está, assim como não se pode negar que as cores, formas, etc. dos objetos ali realmente estão (...). Não apenas o pensamento está no mundo orgânico, como também ali se desenvolve. (Peirce, 1995: p. 190)

A noção de realidade relacionada aos conceitos de alteridade e generalidade é o cerne para discutir questões como a metafísica e o realismo em Peirce. Passa por essa compreensão de realidade a crítica de Peirce aos nominalistas, que postulam poder, com sua linguagem, colocar ordem no mundo, a despeito das propriedades reais nele existentes. Nessa concepção também está exposta a crítica peirceana ao pensamento cartesiano, que legou à filosofia uma racionalidade centrada no sujeito que, do alto de sua subjetividade, organiza e estabelece a lógica do mundo. Certamente estas questões extrapolam os limites que propomos neste artigo, mas não poderíamos deixar de ao menos citá-las, para não prejudicar a complexidade que reside na compreensão peirceana de realidade e da relação de alteridade que o signo mantém com o objeto.

Dentro dos limites que propomos, o que cabe dizer sobre essa condição de alteridade é que, entre a representação jornalística da realidade e a própria realidade, há um hiato do qual a pretensão de exatidão da linguagem jornalística não é capaz de dar conta. Por mais que o jornalista se esforce para ser exato, sua representação está fadada desde o início à incompletude. Ao tomar pé da situação do mundo por meio da linguagem jornalística, estamos diante de representações da realidade e não da própria realidade. Essa é a natureza semiótica da linguagem da qual a linguagem jornalística não está livre.

Nem mesmo as imagens que registram os fatos recortados como os mais importantes do dia escapam dessa relação de alteridade com o objeto. Com a função de capturar a realidade e mostrar ao público os fatos tal como aconteceram, as imagens do telejornalismo e do fotojornalismo conseguem, no máximo, reproduzir esses fatos sob determinados aspectos, e não raramente o fazem de forma espetacularizada, como já discutimos em outro momento (Feitoza, 1996). As imagens revelam no máximo os duplos da alteridade.

Por mais física e quimicamente perfeito que possa ser o registro de um objeto, situação ou aquilo que chamamos de realidade, este registro não é a "realidade". Um simples passeio pelos interiores da representação nas imagens técnicas é, por si só, capaz de tornar evidente essa questão. As imagens são produzidas por aparelhos que, por sua própria natureza, têm potencialidades e limites e, como tal, só podem registrar o "real" numa certa medida e dentro de uma certa capacidade. Esses aparelhos são máquinas que necessariamente introjetaram sistemas de codificação que, longe de fazer ver o "real" tal qual, ao contrário, representam-no de acordo com a mediação de uma determinada codificação da visualidade (...). E, diante desses duplos, a realidade é aquilo que continuamente escapa, recua, escorrega. (Santaella, 1996: 62)

Apesar de denunciar o hiato entre o objeto e a representação que dele fazemos, a condição de alteridade do signo revela algo para o qual o jornalista deve

estar sempre atento. Embora existam várias versões para o mesmo fato e, por respeito à ética profissional e, sobretudo, ao público, todas elas devam ser ouvidas, algo aconteceu, independentemente dos relatos colhidos a seu respeito. Os fatos, da realidade, devem ser a âncora do jornalismo, e reconstituir a lógica que há nesses fatos reais é o que pode aproximar a representação jornalística da realidade da própria realidade.

Neste sentido, o trabalho do jornalista na busca de dizer a verdade deve assemelhar-se ao do perito em investigação, que, por meio da leitura dos índices deixados na cena do crime, é capaz de desvendar o que pode ter se passado ali. Ou do cientista, que conhece os fenômenos por meio da investigação dos padrões lógicos que lhes dão sustentação. O profissional de imprensa deve ter em mente que é esse tipo de reconstituição que o público espera ao conferir credibilidade aos órgãos de imprensa, e não aquele que se baseia em declarações entre aspas, traduzido pelo jornalismo declaratório.

Para finalizar este item, mais uma vez tomaremos emprestadas as palavras de Lucia Santaella:

A diferença entre verdade e falsidade não é arbitrária nem é apenas fruto de padrões culturalmente determinados. Não obstante esses padrões realmente existirem, a investigação tem de pressupor algo que está além desses padrões: uma realidade feita de coisas reais (de caráter natural, cultural, político, psicológico etc., mas sempre real), que determinam e afetam a investigação. Embora a realidade só seja inteligível através da investigação, é dela que a investigação recebe suas determinações. Não é por obediência ou desobediência a padrões culturais de verdade que o investigador erra ou acerta, mas porque seus resultados têm compromissos com um certo estado de coisas sob exame. (Santaella, 1992: p. 154)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes que alguém argumente que este texto serve ingenuamente para justificar os erros cometidos pela imprensa, vale dizer que a discussão feita aqui pretende refletir sobre a capacidade de exatidão da linguagem jornalística. O jornalismo lida diariamente com um tema essencialmente semiótico, a representação da realidade, e carrega consigo as implicações que disso decorrem. Com o desafio de dizer a verdade, o jornalista erra, e por meio de suas falhas é possível perceber a vulnerabilidade dos ideais de exatidão que orientam a construção da linguagem jornalística.

Do ponto de vista semiótico, é quando erramos que percebemos estar num

ambiente signico, no qual a alteridade do objeto é infinitamente superior à nossa capacidade de representá-lo com nossas palavras e pensamentos. Se o erro não ocorresse, continuaríamos na ilusão de que nossa linguagem daria conta da grandiosidade da realidade.

A essa altura, é o caso de perguntar por que a admissão do erro não é uma prática disseminada na imprensa. Certamente não é fácil para a imprensa e para o jornalista reconhecer os erros de exatidão que cometem diariamente (eu sei, também já falhei em minha representação jornalística da realidade e experimentei a sensação de fracasso que se abate sobre o jornalista quando isso ocorre). A credibilidade dos órgãos de imprensa e dos jornalistas é a parte mais afetada quando os erros aparecem. Para existir enquanto instituição e ter influência e respaldo sociais, os órgãos de imprensa e os jornalistas precisam zelar pela sua credibilidade. Perder pontos nesse item significa perder prestígio junto ao público, bem como o poder político que este lhe confere.

No entanto, embora seja compreensível que a imprensa lide com a dificuldade de reconhecer seus erros, em razão do ônus de credibilidade que isso implica, é muito mais penoso ser vítima de um erro cometido pela imprensa, que o digam os proprietários e professores da Escola Base, que foram vítimas deste que é, até hoje, o mais célebre caso de erro da imprensa brasileira. Em 1994, eles foram acusados pela imprensa de abuso sexual de alunos, com base em um laudo do Instituto Médico Legal de São Paulo. A escola foi fechada, as pessoas que nela trabalhavam correram risco de linchamento, os donos da escola foram indiciados, presos e considerados culpados perante a opinião pública. Dias após o escândalo, analisou-se que as fissuras no ânus das crianças eram compatíveis à excreção de fezes.

O fato de a linguagem jornalística mostrar suas insuficiências de representação, no entanto, não exige o jornalista de prosseguir no desafio de representar os fatos com fidelidade, pois, assim como o signo é parcial perante seu objeto, este está de alguma forma presente no signo que o representa desde o momento em que esse algo do objeto é capturado pelo signo. Caso contrário, obviamente, o signo não estaria em seu lugar. E assim como o objeto está representado no signo, o interpretante — aquele signo que num momento posterior será capaz de dizer alguma coisa sobre o objeto — também está presente no signo desde o início. Durante seu processo de representação da realidade, resta ao jornalista seguir a trilha semiótica e descobrir os sinais deixados pelo objeto no signo.

Em sua batalha diária, o jornalista deve ter a consciência de que sua relação com a realidade e, posteriormente, com o leitor é mediada pela ação dos signos e que essa relação, além de ser regida pela parcialidade do signo, pode resultar em

erros. Cabe ainda ao profissional de imprensa ter em mente que sua representação da realidade só é possível porque diz respeito a um outro. Por esse motivo, ela é necessariamente outra que não seu objeto. O mais importante, entretanto, é dizer que o erro faz parte da busca pela verdade. É só a partir de sua descoberta que é possível elaborar uma representação mais fiel do objeto que o signo representa. Verdade e erro são representações complementares, capazes de diminuir a fenda que há entre a realidade e a representação. Diante dessa aparente contradição, a missão do jornalista é aproximar ao máximo sua elaboração da realidade da própria realidade. Em um processo que é diário e contínuo.

REFERÊNCIAS

- FEITOZA, Mirna (1996). *A Imagem do Real; a Espetacularização da Realidade através do Telejornalismo*. Manaus: Edua (Editora da Universidade do Amazonas).
- FOLHA DE S. PAULO (1997). *Erramos, uma seleção de Notas Embarçosas e Sugestões para Evitá-las* (org. Edney C. Dias/Programa de Qualidade).
- IBRI, Ivo Assad (1992). *Kósmos Noëtos; A Arquitetura Metafísica de Charles S. Peirce*. São Paulo: Perspectiva.
- (1997). "O Paciente Objeto da Semiótica". In: PARLATO, Erika Maria e SILVEIRA, Lauro Frederico Barbosa da (org.). *O Sujeito entre a Língua e a Linguagem*. São Paulo, Lovise (Série Linguagem - Número 2).
- PEIRCE, Charles Sanders (1995). *Semiótica* (trad. José Teixeira Coelho). 2ª edição. São Paulo: Perspectiva (coleção Estudos; V. 46).
- PEREIRA, Mirna Feitoza (1998). *Erramos; A Natureza Semiótica da Linguagem Jornalística*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP.
- SANTAELLA, Lúcia (1997). "Roteiro para Leitura de Peirce". In: PARLATO, Erika Maria e SILVEIRA, Lauro Frederico Barbosa da (org.). *O Sujeito entre a Língua e a Linguagem*. São Paulo: Lovise (Série Linguagem - Número 2).
- (1996). *Cultura das Mídias*. São Paulo, Experimento.
- (1995). *A Teoria Geral dos Signos; Semiose e Autogeração*. São Paulo: Ática.
- (1992). *Assinatura das Coisas; Peirce e a Literatura*. Rio de Janeiro: Imago (Biblioteca Pierre Menard).

MIRNA FEITOZA PEREIRA é jornalista e doutoranda do PEPG em Comunicação e Semiótica da PUC-SP. No mestrado, investigou o erro no jornalismo a partir da seção "Erramos" do jornal *Folha de S. Paulo*.
pfmirna@uol.com.br